



9

Banca e seguros
Tabelas salariais atualizadas

Mário Mourão

"SAMS único trará benefícios iguais"



10

Livro: Como o nosso dinheiro
desapareceu nas mãos
dos banqueiros



Ficha Técnica

Propriedade:

Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

Diretor:

Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:

Carlos Marques – STAS
Helena Carvalheiro – SBC
João Carvalho – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomaz Braz – SISEP

Conselho Editorial:

Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:

Elsa Andrade

Redação e Produção:

Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:

António Costa

Grafismo:

Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:

Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 60.443 exemplares (sendo
5.443 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 307762/10

Registado na ERC: 125 852

A publicidade publicada e/ou inserta
na Revista Febase é da total
responsabilidade dos anunciantes

18 SBN – Bancários do Norte

22 SISEP – Profissionais de Seguros

24 SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

26 SBC – Bancários do Centro

29 STAS – Actividade Seguradora

ENTREVISTA | MÁRIO MOURÃO

"Vive-se numa incerteza e instabilidade permanentes" 4
Sem preconceitos regionais 7

CONTRATAÇÃO | BANCA

BCP deve antecipar reposição dos salários 8
CAM com aumento este mês 8
Banco Popular passa a sucursal 8

CONTRATAÇÃO | SEGUROS

Tabela salarial atualizada 9

DOSSIÊ | A VIDA E MORTE DOS NOSSOS BANCOS

A grande farra da dívida 10

QUESTÕES | JURÍDICAS

Critérios laborais:
privilégio creditório imobiliário especial 15



Delmiro Carreira

Os banqueiros de todo o mundo, na busca incessante de mais e mais poder e de mais e mais lucros, conduziram os povos a uma situação de crise nunca vista depois da última grande guerra mundial

Estabilidade na banca

Os sindicatos cumpriram (estão a cumprir) E os outros?

Será difícil encontrar um português que entenda que o sistema bancário é irrelevante para a sua vida. A grande maioria preocupa-se com a solidez dos bancos, com a confiança que lhes dão enquanto detentores das suas poupanças, credores dos empréstimos contraídos, seja para aquisição da habitação própria ou para outros fins. Exigem, por isso, legitimamente, que as instituições autorizadas a exercer o comércio bancário em Portugal sejam entidades credíveis e capazes de cumprir o seu papel.

Provocando desvarios consumistas, financiando investimentos sem base de sustentação, fechando os olhos (?) a desvios do dinheiro emprestado para fins duvidosos, aproveitando a vaga liberal que vem varrendo o mundo, escondidos atrás de uma globalização inevitável, os banqueiros de todo o mundo, na busca incessante de mais e mais poder e de mais e mais lucros, conduziram os povos a uma situação de crise nunca vista depois da última grande guerra mundial. Alguns (poucos) estão presos, outros aguardam acusação, para não falar dos que acordam todos os dias perguntando-se se será hoje.

Perante este quadro não se ouve outra coisa que não seja a necessidade de reestruturar, consolidar, aumentar os capitais próprios, tratar do crédito malparado, fechar balcões, diminuir os recursos humanos, etc., etc..

Os sindicatos, perante a eminência de grandes despedimentos coletivos, foram obrigados a negociar acordos que restringiram direitos, diminuíram ou congelaram remunerações e reduziram significativamente os postos de trabalho. Pode assim afirmar-se que os sindicatos não foram uma força que tenha ignorado as dificuldades do setor. Lutaram e continuam a lutar, como é sua obrigação, para garantir o máximo possível de postos de trabalho.

Aqui chegados importa perguntar se os outros atores fizeram também o seu trabalho.

A troika enganou-se, por incompetência ou conivência com os que pretendiam mascarar a situação, nos montantes necessários para recapitalizar a banca. Hoje fala nos perigos do atual quadro, mais parecendo que dá uma ajuda aos mercados no aumento dos juros.

Os banqueiros andam há muito a tratar da recomposição acionista, ou da repartição dos bancos por vários países – ainda que o capital não tenha pátria – Angola, China, Espanha e pouco para Portugal. Não será de admirar que mais tarde venham os lamentos sobre a exportação dos dividendos.

O Banco de Portugal, que no passado também dizia que a banca portuguesa estava sólida, não consegue vender o Novo Banco (por acaso um dos que recusaram empréstimos da troika com o aval do BdP), nem dá novidades sobre o veículo para o malparado.

O Governo nunca mais se “desembrulha” do assunto CGD.

Justifica-se que se responda à pergunta formulada no título com um rotundo NÃO e se exija que a banca portuguesa não seja notícia todos os dias por más razões. Estabilidade precisa-se!



“Vive-se numa incerteza e instabilidade permanentes”

No momento em que se recandidata à Direção do SBN, Mário Mourão está tranquilo sobre a avaliação dos sócios – e disponível para interromper o mandato se o sindicato único se tornar realidade, a par de um SAMS único com benefícios iguais para todos os bancários. A sua preocupação é a estratégia montada de precarização das relações de trabalho no setor financeiro, que os Sindicatos deviam denunciar numa forte campanha nacional, defende

Aos 59 anos, Mário Mourão tem quatro décadas como bancário, sempre no BES, agora Novo Banco. Começou a carreira em Lisboa, na rua do Comércio, e só no final de 1979 se fixa no Porto, trocando a filiação no SBSI pelo Sindicato dos Bancários do Norte (SBN).

Casado, com dois filhos (a rapariga vive na Suíça), iniciou a atividade sindical no SBN em 1988, só interrompendo em 1997 para voltar ao banco. Cinco anos depois regressa ao Sindicato e em 2005 candidata-se às eleições, assumindo o cargo de presidente.

Atualmente cumpre o terceiro mandato à frente da Direção e é candidato ao quarto.

P – A dois meses das eleições, qual o clima no SBN?

R – O clima habitual em período de eleições, com expectativa sobre o que será o próximo mandato. As pessoas reconhecem que é preciso participar nas organizações que as representam.

Textos | Delmiro Carreira e Elsa Andrade

P – São as primeiras eleições num sindicato dos bancários depois da assinatura do novo ACT. Que influência terá?

R – Tem sempre influência. A assinatura de um acordo não satisfaz todos os associados, há pessoas que esperavam mais e, portanto, podem não participar na votação ou usar o seu voto como protesto, o que é natural. As organizações não podem estagnar e a assinatura do acordo foi importante para reverter uma situação com cinco anos, principalmente no que diz respeito à atualização salarial.

AValiação

P – Sente-se confortável com o ACT ao enfrentar os sócios?

R – Sim. Os bancários percebem perfeitamente o momento de grande instabilidade que vivemos no setor. Este processo iniciou-se com a denúncia da convenção pelas instituições de crédito, com o objetivo de retirar benefícios e regalias conquistados ao longo dos anos e empurrando a negociação até à caducidade. Os Sindicatos conseguiram impedi-lo. Mas a avaliação de um mandato não pode depender apenas do acordo do ACT, é muito mais que isso, como a saúde ou as questões sociais. Os bancários são uma classe com grande maturidade e no momento do voto saberão avaliar se a ação foi positiva ou não.

P – Além do ACT, o que apresenta o SBN aos sócios? No caso da saúde, por exemplo?

R – Todos os Sindicatos estão a perder sócios devido à diminuição de postos de trabalho, o que se reflete também na saúde – e nesse sentido o SAMS do SBN está a passar por um período de reestruturação e adaptação à nova realidade da banca, de forma a corresponder ao que os trabalhadores esperam do seu subsistema de saúde. Neste mandato resolvemos um diferendo com o Estado, que está a pagar-nos a dívida de 40 milhões de euros, dívida essa que bloqueava um pouco a gestão do SAMS. O nosso serviço de saúde é sólido e o próximo mandato será uma grande aposta no seu futuro, sem descurar naturalmente que continuaremos a caminhar no sentido de um SAMS único e de um sindicato nacional.

DERRUBAR BARREIRAS

P – Estas eleições já têm de alguma forma em conta o facto de se caminhar para um sindicato nacional? Este será um mandato intermédio ou para cumprir até ao fim?

R – Tudo depende. Os mandatos são para cumprir, mas se a meio estiverem criadas as condições para esse projeto nacional, nós estaremos disponíveis. Nós e qualquer um dos Sindicatos que lutam pelo sindicato único.

P – O projeto está suficientemente adiantado para ser concretizado antes do final dos quatro anos do mandato?

R – Há ainda muito caminho a percorrer e muitas barreiras a derrubar. As organizações são constituídas por pessoas, que têm desconfianças e dúvidas, e alguns ainda não interiorizaram qual é o objetivo de um sindicato nacional: se for só para juntarmos tudo, como fizeram alguns bancos que hoje estão em dificuldade, julgo que não vale a pena; mas se for para criar uma estrutura que mobilize melhor os bancários e reforce a ação sindical para combater a estratégia dos bancos – diminuir o custo do trabalho substituindo trabalhadores com contrato por trabalhadores em outsour-

cing – então não há melhor que isso. Outra razão é termos um SAMS único, mais forte e concedendo aos bancários os mesmos benefícios na saúde, independentemente de estarem no Algarve ou em Trás-os-Montes. Um SAMS único terá benefícios iguais.

CAMPANHAS NACIONAIS

P – Um sindicato único terá mais capacidade para reverter, ou pelo menos travar, a atual tendência de redução do número de trabalhadores? É difícil um sindicato lutar contra isso...

R – É difícil porque não depende só da vontade da estrutura sindical. Depende também do trabalhador – e hoje há muito medo na banca – e de se encontrar a estratégia sindical mais adequada aos novos desafios na banca. A entidade patronal tem hoje uma grande agressividade na redução de custos, e a primeira área em que as administrações veem um terreno fértil é na diminuição de postos de trabalho, substituindo trabalhadores com know-how e formação na área por trabalhadores em outsourcing, a 500€ e 400€.

A banca tem uma estratégia montada de precarização das relações de trabalho no setor financeiro e os Sindicatos têm de combatê-la.

E mesmo sem um sindicato único, os três Sindicatos do setor poderiam desencadear uma campanha forte a nível nacional.

P – Por que isso ainda não foi feito?

R – Se calhar há timings diferentes para cada um dos Sindicatos. Mas acho essencial desencadearmos essa luta, porque se nada fizermos os bancos veem um terreno fér-





► til para atuar, sem qualquer obstáculo. Temos um papel importante a desenvolver através de campanhas nacionais, mas também alertando as entidades oficiais para a estratégia dos banqueiros: se dizem que precisam de reduzir trabalhadores e mandam milhares embora, para logo ir buscar outros às empresas temporárias, alguma coisa não está certa...

Ou se, como dizem alguns administradores, não há negócio, então por que os trabalhadores ficam além das 16h30 sem que lhes seja pago nem retribuído esse trabalho? Está à vista de todos!

P – Os sindicatos têm andado um pouco adormecidos ou o medo que grassa na sociedade impede-os de reagir de uma forma mais agressiva?

R – Os sindicatos não estão adormecidos, mas vivem perante um novo paradigma e têm de se adaptar aos fenómenos que a banca oportunisticamente está a utilizar. Se antes era impensável haver despedimentos na banca, hoje vive-se numa incerteza e instabilidade permanentes, um bancário não sabe se daqui a um mês estará numa lista para ir embora, seja por despedimento ou rescisão por mútuo acordo.

Os sindicatos têm a dupla função de, por um lado, evitar a diminuição de postos de trabalho e, por outro lado, atenuar os seus efeitos nos trabalhadores.

DESEMPREGO

P – A redução de bancários ainda não chegou ao fim?

R – Acho que não. Há processos importantes ainda em discussão, como o do Novo Banco, do BCP, da Oitante e outros; a CGD também anunciou a saída de milhares de trabalhadores, embora por rescisões por mútuo acordo (que sabemos como se fazem). A incerteza é grande, o setor ainda não está estabilizado. Na banca o desemprego está sempre à porta e este ainda vai ser um ano difícil para o setor financeiro, em termos de perda de postos de trabalho.

P – Alguns dizem que há bancos a mais para tão pouca economia. Concorda?

R – Admito que hoje não haja negócio suficiente para tanto banco, mas continuo a ver um apetite muito grande por capital estrangeiro nas instituições nacionais. Por exemplo, o Bankinter (que ficou com o negócio do Barclays) viu grandes perspectivas e instalou-se em Portugal, com a intenção de aumentar os postos de trabalho. O problema principal é a falta de confiança depois de tudo o que aconteceu.

A economia só se desenvolve se tivermos um setor financeiro forte e com perspectiva de futuro; se em Portugal houver apenas sucursais de bancos que estão lá fora, o futuro será muito pessimista. Queremos empresas e bancos fortes, compreendemos a necessidade de adaptar e reestruturar. Mas não podemos aceitar que a pretexto da diminuição do negócio as empresas retirem serviços de Portugal e transfiram-nos para o exterior. Não é uma inevitabilidade a redução de postos de trabalho nem a saída dos bancos de Portugal, para ficarmos com sucursais e balcões virtuais – que em vez de trabalhadores têm terminais para o cliente falar com alguém em Espanha ou na Alemanha.

A preocupação são os mercados, os rácios das empresas e o lucro. As pessoas estão em último lugar. ■

UGT DEVE PRESSIONAR ALTERAÇÃO DA LEI

P – É possível reagir a um despedimento coletivo?

R – Os sindicatos também têm mecanismos para proteger os trabalhadores. Defendemos sempre que os bancos antes de chegarem a um despedimento coletivo devem negociar rescisões ou reformas antecipadas – e têm condições para isso. Infelizmente optam pelos processos mais fáceis, e a lei permite-o.

Os novos banqueiros são apenas gestores, a cultura da empresa não lhes diz nada, portanto o despedimento coletivo é visto uma mera medida de gestão.

P – As entidades fiscalizadoras estão a encarar a situação com alguma ligeireza?

R – Se calhar a lei não está tão apurada que permita penalizar adequadamente as instituições. A pretexto da crise e

da troika a lei foi alterada, enfraquecendo muito a posição dos trabalhadores e a ação dos Sindicatos. Eventualmente agora a UGT deve pressionar para que a legislação seja mais eficaz. Os patrões, quando querem mudar a lei a seu interesse, fazem tudo nesse sentido.

P – Num momento concreto da vida nacional, a UGT, na Concertação Social, deu o seu acordo a algumas alterações no Código do Trabalho. Será agora o momento de voltar atrás?

R – O momento excecional já passou, mas as coisas que a troika fez ainda poluem o País. A UGT terá de fazer uma avaliação e decidir se este é o momento para reverter algumas dessas coisas, já que a situação está a evoluir e o desemprego a diminuir.

Sem preconceitos regionais

P – Que Febase vamos ter?

R – A Febase tem um terreno fértil para se impor e para coordenar ações nacionais dos sindicatos seus filiados. Não acho que esteja em crise. Como qualquer organização, tem momentos bons e maus e hoje enfrenta alguma dificuldade de relacionamento entre os Sindicatos.

Não penso que o projeto esteja em causa, mas em algumas áreas é preciso discutir qual a estratégia mais adequada. Por exemplo, o modelo de negociação coletiva está ultrapassado, não diz nada aos trabalhadores e não favorece o relacionamento entre os Sindicatos filiados.

Fiz tudo para aderir à Febase. O SBN foi um dos últimos sindicatos a aderir, porque o referendo feito pelo meu antecessor na Direção não atingiu a participação exigida pelos Estatutos. Repeti o referendo e só então foi possível aderirmos.

A Febase foi criada para ser uma antecâmara do sindicato nacional e esse objetivo continua. Da parte do SBN não haverá qualquer obstáculo.

P – Um sindicato de âmbito nacional vai exigir, na sua vertente administrativa, trabalho aturado. O que tem faltado para se dar esse passo?

R – Acho que ninguém está contra o projeto do sindicato nacional. Provavelmente faltará derrubar algumas desconfianças e dúvidas no relacionamento das várias áreas sindicais. Mas também falta discutir coisas como o funcionamento do sindicato único, o que fazer em relação ao património e aos trabalhadores dos sindicatos, qual o modelo de SAMS a implementar... Falta muita coisa.

O sindicato único vai ser mais eficaz do que são hoje os três sindicatos? Mais eficaz do que a Febase, mesmo nos momentos difíceis? Temos de sentar-nos à mesa despoluídos de qualquer preconceito de natureza regional e estabelecer objetivos que melhorem a ação sindical no setor e correspondam ao que os trabalhadores esperam de um sindicato único.

P – Não sente necessidade de voltar a ouvir os trabalhadores? Uma auscultação no âmbito dos cinco sindicatos, no mesmo dia, para criar um élan que estimule os dirigentes a esbater as tais barreiras?

R – Defendo uma consulta dessa natureza e acho que seria bom para mobilizar os sócios para o projeto, embora pense que a maioria já está disponível. Mas para uma consulta dessas é preciso dizer às pessoas qual é o objetivo sindical, patrimonial e social do sindicato único. E qual é? Há apenas coisas avulsas. Tal como os Estatutos – um passo muito importante – é preciso dizer para onde vamos, o que queremos conseguir, como vai ser em termos de SAMS, de comparticipações...

Este tipo de constrangimentos ainda existe e não é propício a soluções, necessárias para construir o projeto de âmbito nacional.



P – As lideranças dos cinco sindicatos são capazes de dar um passo em frente?

R – As atuais lideranças têm de saber interpretar a vontade daqueles que representam e assim cumprir o seu papel – e têm condições para fazê-lo, pela sua experiência e conhecimento das organizações. Por isso, qualquer delas está em condições de liderar o processo e fazer tudo para o seu êxito, ou seja, o sindicato nacional. ▀



Comissões do aumento de capital BCP deve antecipar reposição dos salários

Os 35,1 M€ destinados ao sindicato bancário devem reverter a favor dos trabalhadores da instituição, através da antecipação do fim da retenção salarial, defende a Febase

A Federação do Setor Financeiro tomou conhecimento, “com satisfação”, das notícias vindas a público sobre o sucesso que deverá revestir o aumento de capital do BCP. “Este sucesso deve ser atribuído e reconhecido por parte da administração do Grupo BCP aos seus trabalhadores, que mais uma vez demonstraram o seu profissionalismo e confiança na instituição que representam”, manifesta a Febase em comunicado.

“Só a qualidade e dedicação destes profissionais tem permitido ao BCP ultrapassar todas as crises e dificuldades que enfrenta desde 2008, mesmo tendo sido afetados com reduções salariais e outros direitos laborais”, considera.

Nesse sentido, a Febase entende que “chegou a altura de um justo e merecido reconhecimento por parte da

administração do BCP para com os seus trabalhadores”, razão por que reclama que “os 35,1 milhões de euros em comissões previstas no aumento de capital e que se preveem não venham a ser despendidos que sejam utilizados integralmente na antecipação do fim da retenção salarial que os trabalhadores do BCP são alvo”, lê-se ainda no comunicado.

Estando atualmente prevista a reposição dos salários dos trabalhadores em julho de 2017, esta medida “permitiria antecipar substancialmente, a esta data, a referida reposição”.

A Febase parabeniza “os trabalhadores do BCP pelo sucesso que alcançaram neste aumento de capital”, conclui o comunicado. ▶

CAM com aumento este mês

As instituições do Crédito Agrícola Mútuo vão proceder ao aumento salarial em fevereiro, no âmbito da revisão da convenção coletiva

Os trabalhadores do Crédito Agrícola terão este mês os salários atualizados em 0,75%, percentagem igual à aplicada em janeiro aos bancários das IC subscritoras do ACT do setor.

O acréscimo salarial do CAM é retroativo a janeiro de 2017, mas os Sindicatos vão lutar para que ele se estenda a janeiro de 2016, indo para o efeito solicitar uma reunião.



A tabela salarial é o primeiro passo das negociações de revisão do ACT do Crédito Agrícola Mútuo. Relativamente às restantes matérias, a Febase aguarda a proposta que os responsáveis se comprometeram a apresentar há algum tempo.

O Crédito Agrícola pretende negociar uma convenção coletiva que contemple as especificidades das suas instituições, propósito a que a Febase já anunciou a sua disponibilidade, mas deixando claro que não deixará de pugnar pela defesa dos trabalhadores.

Os Sindicatos da Febase informarão os associados sobre qualquer evolução do processo negocial. ▶

Banco Popular passa a sucursal

O Banco Popular Portugal passa a sucursal da instituição espanhola, mas a relação entre trabalhador e empregador manter-se-á inalterada, garantiu a administração à Febase. Mais informação sobre o processo está disponível nos sites dos Sindicatos dos Bancários.

Tabela salarial atualizada

Está já em aplicação o aumento salarial de 1% negociado pelos Sindicatos para 2017, bem como o novo valor do subsídio de refeição, à semelhança do ano passado

Texto | José Luís Pais*

O acordo conseguido em finais do ano de 2015 pelos Sindicatos do setor da atividade seguradora integrados na Febase – SISEP e STAS – permitiu chegar, também, aos números agora apresentados.

Além da atualização salarial de 1% em 2016, foram ainda acordados novos valores para o ano agora em curso.

Pela primeira vez negociou-se diretamente com as seguradoras (por força da alteração da natureza jurídica da APS) e também pela primeira vez negociou-se a tabela salarial e o subsídio de refeição para dois anos.

Sendo verdade que deixou de existir o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para vigorar, em seu lugar, um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com a maior parte das seguradoras, não é menos verdade que se conseguiu manter os termos da convenção coletiva anterior, registando-se ainda claras melhorias, com mais-valias decorrentes para os trabalhadores da atividade.

Se quisermos, à giza de comentário, obtivemos um ACT moderno, capaz de permitir a promoção e realização social, profissional e humana, não esquecendo a questão fulcral da atualização salarial. Além desses aspetos, conseguiram-se outros benefícios, oportunamente expostos.

Com a visão que distingue quem, de todo, continua com ânimo e decisão a lutar pelos legítimos interesses dos traba-

lhadores da atividade seguradora, nova negociação acontecerá necessariamente no final do corrente ano.

Constata-se agora, ainda mais do que nunca, que com aquela prática se permite defender os trabalhadores e não é metendo a cabeça na areia que se conseguirá tal propósito.

O tempo se encarregou de clarificar os factos, separando a mentira, a demagogia e, sobretudo, a incapacidade de alguém que não se adapta às situações.

Quem está em condições de poder continuar a negociar, tem a melhor resposta para quem porfia em iludir os trabalhadores.

Fazer mais e fazer melhor ao serviço dos trabalhadores. Este é o lema que sempre nos guiou, que nos guia e guiará no futuro!

*Vice-Presidente do STAS



TABELA SALARIAL E SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO PARA 2017

Transcreve-se a nova tabela salarial e o valor do subsídio de almoço para o presente ano:

Ordenado base mensal		
Banda salarial	Valor mínimo obrigatório	Referencial para o limite superior
A	€ 2.010,23	€ 3.060,30
B	€ 1.592,97	€ 2.325,51
C	€ 1.074,28	€ 2.325,51
D	€ 1.152,08	€ 1.315,48
E	€ 982,94	€ 1.282,05
F	€ 859,52	€ 1.074,28
G	€ 684,19	€ 1.074,28

Subsídio diário de refeição - € 10,00



A grande farra da dívida

Em *A Vida e a Morte dos Nossos Bancos*, Helena Garrido explica como o dinheiro dos contribuintes foi usado pelos banqueiros... e desapareceu. O crédito atribuído sem qualquer controlo tornou-se no grande mal de toda a banca nacional e a fatura chegou sob a forma de cofres vazios. Ambição? Ganância? Incompetência? O livro foi o ponto de partida para uma conversa com a autora

Texto | Pedro Gabriel

Revista Febase - Os banqueiros de hoje conseguiram aprender com os erros cometidos anteriormente?

Helena Garrido - A memória dos banqueiros e dos mercados financeiros em geral é curta. Na sequência da crise, os banqueiros – ou os sucessores dos banqueiros que entretanto foram obrigados a sair – tornaram-se mais prudentes. Essa prudência foi ditada quer pelos erros do passado, como pela regulação, quer pelas restrições de capital, que obrigaram a moderar a concessão de crédito. Mas as lições

aprendidas com os erros do passado desaparecem com o tempo. E aparecem novas fases de euforia, altura em que se avalia mal o risco e se lançam as sementes de nova crise bancária.

P - O que podemos fazer para que esses erros não sejam cometidos?

R - A regulação, a existência de departamentos de análise de risco bem equipados, a independência em relação ao poder político e uma organização do trabalho na banca que não incentive os colaboradores a vender produtos arriscados são as regras ge-

rais que nos podem proteger de crises bancárias. Embora seja muito difícil, se não mesmo impossível, acabar com elas, como nos mostra a História.

P - A maioria das pessoas não compreende para onde foi o dinheiro. O que pode ser explicado sobre isso?

R - Esse é um dos objetivos do livro. O dinheiro, como se sabe, não desaparece, muda de mãos. As perdas que os bancos registaram correspondem fundamentalmente a recursos que não foram pagos pelos devedores ou a compra de ações de empresas que

depois desvalorizaram. O que fizeram esses devedores ao dinheiro? Uns concretizaram os projetos – o que significa que em princípio pagaram aos fornecedores – mas não conseguiram que esses negócios dessem lucro. Outros usaram o dinheiro basicamente para comprarem casas, carros, barcos e até aviões. Um dos exemplos que dou no livro é o do projeto imobiliário da Mata de Sesimbra: as perdas que gerou no Novo Banco correspondem a dinheiro que serviu para pagar a compra do terreno. Quem vendeu o terreno ficou com esse dinheiro que o Novo Banco perdeu já que o projeto nunca se fez.

DÍVIDA

P - No seu livro fala numa fase de “grande farra da dívida”. Ainda existe ou já só sobram as “limpezas de fim de festa”?

R - A “grande farra da dívida” corresponde basicamente ao período que vai de finais do século XX até à crise financeira com epicentro nos EUA, que se inicia no Verão de 2007. Os bancos começam a apertar o crédito entre finais de 2007 e 2008 – o ano do colapso da Lehman Brother's – e só o Estado continua a envolver-se em projetos de investimento com dívida, na expectativa de evitar a recessão que se adivinha. A irracionalidade que foi a marca desses tempos hoje desapareceu. Mas não regressámos ao passado, um tempo em que para comprar casa, carro ou eletrodomésticos era preciso, primeiro, poupar. O crédito continua a desempenhar hoje um papel que não tinha, por exemplo, até aos anos 70 do século XX, graças à inovação financeira e a menores exigências de capital e provisões nos bancos. No caso português, é o crédito às



A VIDA ENTRE NÚMEROS E PALAVRAS

Nascida em Pangim, Goa, em 1959, Helena Garrido formou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e é jornalista na área económico-financeira desde 1986, tendo iniciado a sua carreira no Jornal do Comércio.

Passou pelo Europeu, Diário de Notícias, Expresso, Público, Diário Económico e Jornal de Negócios. Exerceu funções de subdiretora no Diário Económico e de diretora adjunta no Diário de Notícias e foi diretora do Jornal de Negócios.

É professora auxiliar convidada de Jornalismo Económico na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, colabora no Observador e é analista e comentadora na RTP e na RDP. Tem ainda um blogue pessoal chamado Visto da Economia.

empresas que continua muito apertado, com a banca a ser hoje muito mais prudente. O problema não está na concessão de crédito mas no financiamento de projetos que são inviáveis. Todos nós temos de estar conscientes que a banca trabalha com dinheiro que não é dela, com poupanças das pessoas. Ter uma dívida não é negativo em si, só se transforma numa farra quando tanto o credor como o devedor não avaliam corretamente a sua capacidade de a pagar.

P - Vamos a tempo de salvar os bancos atuais ou corremos o risco de ver mais casos como o BES ou Banif?

R - Nunca se pode ter uma posição definitiva sobre o setor bancário, uma vez que aquilo que um banco faz está sujeito a riscos que saem frequentemente do controlo dos gestores, es-

pecialmente em países endividados como Portugal. Mas, neste momento, pode dizer-se que os problemas mais graves da banca portuguesa parecem estar basicamente ultrapassados. O BPI está a concluir a sua alteração acionista e o BCP a sua capitalização. É preciso vender o Novo Banco, capitalizar a CGD e ir resolvendo o problema do Montepio. São desafios que se conseguem ultrapassar, se não existir uma nova tempestade financeira e que mais facilmente se resolvem com um reforço do crescimento económico. O crédito malparado é ainda um problema.

BANQUEIROS

P - Podemos falar em ambição descontrolada por parte de banqueiros como Ricardo Salgado ou Jardim Gonçalves? A vontade de ser “o” rei prevaleceu em detrimento do senso comum?

R - Jorge Jardim Gonçalves e Ricardo Salgado estão unidos pela ambição mas é preciso enquadrar o destino de cada um no tempo. O fundador do BCP quis criar um grande banco e acabou por ser vítima da sua ambição mas também da conjuntura. A família Espírito Santo reconstruiu o seu grupo com dívida e Ricardo Salgado acabou por envolver o banco na área não financeira da sua família.

P - O governador do BdP qualificou os banqueiros portugueses, ►



► na fase pré-crise, como pirómanos. Concorda?

R - Na fase que designo no livro como “A grande farra da dívida”, a esmagadora maioria dos bancos deixou-se levar pela onda de euforia financeira que se vivia um pouco por todo o mundo ocidental. Além disso, nos primeiros anos do euro, pós 1999, instalou-se a convicção de que o endividamento do País não devia ser moderado. O financiamento externo era fácil e barato, e alguns banqueiros foram menos rigorosos na avaliação do risco. Desse ponto de vista pode dizer-se que foram pirómanos.

PODER

P - Qual a responsabilidade do BdP em tudo o que se passou? Deveria ter interferido? Como?

R - Os primeiros e principais responsáveis pelo que se passou na banca são os banqueiros, aqui entendidos como os administradores dos bancos. É a eles que são confiadas as poupanças das pessoas e são eles que têm, em primeiro lugar, a obrigação de cuidar do dinheiro que não lhes pertence. Como ilustra um dos banqueiros que entrevistei para o livro, o facto de existirem crimes não nos leva a culpar os polícias. Mas, tendo isso como referência, e mantendo o mesmo paralelismo, os “polícias” podem apertar a vigilância e as regras quando identificam riscos. Nesse contexto, o Banco de Portugal poderia ter feito mais do que fez, nomeadamente reforçar as necessidades de provisões, quando era claro que o

crédito estava a subir depressa demais e os bancos estavam a ficar demasiado dependentes do financiamento externo.

P - Os líderes políticos submetem-se ao poder económico, especialmente ao financeiro?

R - Em quase todas as crises bancárias identificam-se cumplicidades entre os poderes político, económico e financeiro. É difícil identificar quem se submete a quem. A força financeira deriva antes dos movimentos de capitais que podem, repentinamente, deixar um país que precisa de financiamento sem dinheiro, como esteve em risco de acontecer em Portugal antes do empréstimo da troika. Desse ponto de vista, o poder político num país endividado está condicionado pelo poder financeiro.

P - Que armas ainda têm os governantes para controlar o poder financeiro? E querem?

R - Os governantes têm a arma da lei, do Estado de Direito. Os políticos em geral têm como objetivo melhorar as condições de vida dos cidadãos e, desse ponto de vista, quererão sempre controlar poderes que, na sua perspectiva, prejudicam as pessoas. Mas as escolhas em geral são mais complexas e menos binárias.

P - As sociedades devem estar tão submetidas aos bancos?



“UNIÃO BANCÁRIA PODE AGRAVAR PROBLEMAS”

P - A União Bancária resolve?

R - A experiência que se tem tido com aquilo que já está em vigor na União Bancária parece mostrar que além de não resolver os problemas pode agravá-los. O modelo de intervenção permitido para os bancos em dificuldades tem criado problemas, designadamente contas para os contribuintes que era exatamente o que não se queria. Além disso, criou demasiadas burocracias aumentando os custos para os bancos.

P - As medidas que têm sido tomadas pretendem evitar a concentração, de forma a que os bancos não voltem a ser “demasiado grandes para falir”. É esse o caminho? As novas regras têm tido algum efeito positivo?

R - A ideia de orientar o setor para a constituição de pequenos bancos tem as suas raízes no início da grande crise financeira de 2007/2008. Mas, na prática, as regras que têm sido construídas desde essa altura, com especial relevo para a União Bancária, incentivam a concentração bancária.

O PAPEL DA CGD

P - Portugal precisa de bancos portugueses além da CGD?

R - É uma questão difícil. O que é claro neste momento é que a CGD tem de continuar a pertencer ao Estado. Nesse sentido, isso pode ser suficiente para garantir que alguns projetos mais inovadores, mas igualmente mais arriscados, possam ser financiados. Desde que as decisões de crédito não sejam tomadas pelas piores razões e esses projetos não assumam dimensões tais que possam ameaçar a solvabilidade do banco.

P - A CGD deve concorrer no mercado ou ter um papel diferente?

R - A regra geral deve ser a concorrência, respeitando estritamente as regras. Mas pode, ao mesmo tempo, atuar como um banco que apoia as pequenas e médias empresas sem correr demasiados riscos.

P - António Domingues demitiu-se da administração da CGD devido à polémica da apresentação da declaração de rendimentos. Por tudo o que aconteceu na banca, há mais pudor em ocupar estes cargos de gestão nos bancos?

R - Por que é que devia haver pudor? O caso da anterior administração da CGD está relacionado com regras que se aplicam ao setor público. O Governo tentou criar uma exceção para a administração da CGD e não foi, como se sabe, bem-sucedido. Registe-se que a apresentação da declaração de património não impediu que a CGD também se envolvesse em financiamentos a negócios, no passado, que se revelaram inviáveis.

lidades de submissão, mas que são ditadas por cumplicidades que se enquadram melhor no universo do crime ou tráfico de influências.

P - Portugal está próximo de deixar de ter banca nacional, nomeadamente com a entrada dos chineses no capital do BCP. Há algum risco nisso? Qual?

R - Com exceção da CGD, praticamente toda a banca em Portugal caminha para ser controlada por estrangeiros. O BCP com capitais angolanos e chineses, o BPI com capital espanhol e vamos ver o que acontece ao Novo Banco que, com elevada probabilidade, também ficará em mãos estrangeiras. É o reflexo de se ter acumulado dívida que depois não se traduziu em rendimento suficiente para a pagar.

O que revela a história recente é que os bancos controlados por capital nacional foram exatamente aqueles que registaram mais perdas, tendo concedido empréstimos mais arriscados – caso do BES, BCP e até da CGD. Se projetarmos isto para o futuro, significa que a banca financiará menos projetos arriscados. Tem a vantagem de nos proteger de problemas futuros, mas tem o inconveniente de não apostar em projetos inovadores. É uma escolha que não é fácil. Como

diz o ex-governador do Banco de Inglaterra no seu livro “The end of alchemy”, “Todos queremos que os depósitos estejam seguros mas também queremos financiar projetos arriscados. Como podemos fazer a quadratura do círculo?”

R - O setor financeiro no seu conjunto – não apenas bancos – cresceu significativamente na sequência da globalização, aqui entendida como a abertura das fronteiras à livre circulação de capitais. Não existindo regras de aplicação global, o setor acabou por ter, em alguns casos, um poder superior ao dos Estados. Em contrapartida, países que tinham escassez de capital, como foi sempre o caso de Portugal, tiveram acesso a recursos para financiar projetos como raramente tinham tido. Os Estados só ficam nas mãos do setor financeiro quando ficam sobre-endividados, quer eles quer as empresas do país. Ficam nas mãos dos credores. Não tem de ser assim. Pode aproveitar-se as vantagens da liberdade de circulação de capital sem ficar nas mãos dos financeiros, desde que os investimentos feitos com esses recursos gerem crescimento. Claro que há outras rea-



FICHA

A Vida e a Morte dos Nossos Bancos
Autora: Helena Garrido
Editor: Edições Contraponto
Edição/reimpressão: 2016
Páginas: 216



Unidos na defesa
de **80.000 trabalhadores**
do setor financeiro



Créditos laborais: privilégio creditório imobiliário especial

Os créditos salariais gozam de garantias especiais, emergentes do contrato de trabalho ou da sua violação ou cessação

Textos | Carla Mirra*



O princípio constitucional consagrado no n.º 3 do artigo 59.º da Constituição estabelece que os créditos salariais gozam de garantias especiais. Neste contexto, nos termos do artigo 333.º do Código do Trabalho prevê-se que os créditos do trabalhador, emergentes de contrato de trabalho, ou da sua violação ou cessação, gozam dos seguintes privilégios creditórios:

- a) Privilégio mobiliário geral;
 - b) Privilégio imobiliário especial sobre bem imóvel do empregador no qual o trabalhador presta a sua atividade.
- Nos termos desse mesmo normativo legal, a graduação de créditos faz-se pela seguinte ordem:
- O crédito com privilégio mobiliário geral é graduado antes dos seguintes créditos, enumerados no Código Civil:
 - Créditos por impostos;
 - Créditos por fornecimentos destinados à produção agrícola;
 - Créditos da vítima de um facto que dê lugar a responsabilidade civil;
 - Créditos do autor de obra intelectual.
 - O crédito com privilégio imobiliário especial é graduado antes do crédito relativo a contribuição para a Segurança Social, bem como dos seguintes créditos referidos no Código Civil:
 - Créditos do Estado, pelos impostos inerentes ao património imobiliário (imposto municipal sobre imóveis - IMI; imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis - IMT; Imposto do Selo);
 - Créditos das autarquias locais pelo IMI.

O privilégio creditório "é a faculdade que a lei, em atenção à causa do crédito, concede a certos credores, independentemente de registo, de serem pagos com preferência a outros" (artigo 733.º do Código Civil) e pode ser mobiliário ou imobiliário, incidindo sobre bens móveis, ou sobre bens imóveis, podendo ainda ser geral ou especial, incidindo sobre a generalidade dos bens, ou apenas sobre determinados bens, sendo que os privilégios imobiliários estabelecidos no Código Civil são sempre especiais, incidindo sempre

apenas sobre determinados imóveis (nos termos do artigo 735.º do Código Civil).

Com efeito, ao fixar um privilégio imobiliário especial para os créditos dos trabalhadores, o legislador pretendeu salvaguardar, em sentido amplo, os imóveis em que esteja sediado o estabelecimento para o qual o trabalhador prestou a sua atividade. O legislador teve em vista não um concreto e individualizado local de trabalho, mas os imóveis em que esteja implantado o estabelecimento para o qual o trabalhador prestou a sua atividade, independentemente de essa atividade ter sido aí exercida ou no exterior. Destes imóveis, exclui-se o património do empregador não destinado à sua organização empresarial, designadamente os imóveis exclusivamente afetos à fruição pessoal do empregador (tratando-se de pessoa singular) ou de qualquer modo integrados em estabelecimento distinto daquele em que o trabalhador reclamante exerceu o seu trabalho.

Assim, e na sequência do exposto, reclamando os trabalhadores os seus créditos, compete-lhes alegar e acima de tudo demonstrar quais os imóveis do empregador onde prestavam a sua atividade. Nos termos do Código do Trabalho para que o crédito do trabalhador goze de um privilégio imobiliário especial, este tem que alegar e demonstrar, em cumprimento do disposto no artigo 342.º do Código Civil, que exercia a sua atividade profissional num determinado imóvel, propriedade do empregador, sendo este bem o concreto objeto da sua garantia. Se tal acontecer, será inclusivamente graduado prioritariamente em face de, por exemplo, hipoteca mesmo que pré-existente sobre esse mesmo imóvel.

Veja-se, nesse sentido, e em termos exemplificativos o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 14 de julho de 2016 (Processo 173/09.TCFUN-A.L1-6 - Relator: Dr.ª Maria Teresa Pardal), nos termos do qual: "Para que os créditos laborais gozem do privilégio creditório imobiliário especial previsto no artigo 333.º n.º 1 b) do Código do Trabalho, é necessário provar-se a conexão entre o imóvel penhorado e a atividade da entidade patronal, cabendo aos titulares dos créditos laborais, o ónus da respetiva alegação e prova".

*Advogada do STAS

Caros Sócios

Foi estabelecido um novo protocolo com a **N Seguros**, seguradora do Grupo Montepio que opera no mercado dos seguros diretos (telefone e internet) em Portugal, desde 1 de Fevereiro de 2008. Com uma oferta abrangente, a N Seguros tem uma oferta segmentada e adaptada às necessidades específicas de cada cliente.

Através deste protocolo, os sócios da FEBASE, e seus familiares, beneficiarão de uma **campanha de descontos exclusiva** e válida na oferta N Seguros, nomeadamente na contratação de Seguros Automóvel/Moto, Acidentes Pessoais, Saúde, Bicicleta e Animais de Estimação de acordo com as condições abaixo apresentadas.

O desconto é aplicado mediante a utilização dos **Códigos de Campanha** abaixo apresentados.

TIPO	DESCONTO	CÓDIGO*
Seguro Automóvel/Moto		
Para seguro novo (considera-se seguro novo se nunca teve nenhum seguro automóvel ou moto em seu nome em qualquer seguradora, independentemente da matrícula).	5%	
Para seguro transferido com 0 sinistros nos últimos 3 anos	30%	* A obter junto do seu sindicato
Seguros Acidentes Pessoais no Seguro N Proteção	30%	
Seguro Saúde no Seguro N Saúde	30%	
Seguro Bicicleta no Seguro N Bike	10%	
Seguro Animais de estimação no Seguro N Pet	10%	

Como utilizar o código:

- Simulação Online – colocar o código no campo “Código Campanha” no preenchimento da simulação em www.nseguros.pt
- Subscrição Online – colocar o código no campo “Campanha” no Passo 3 no preenchimento da Proposta em www.nseguros.pt
- Simulação ou Subscrição por Telefone – facultar o código ao operador – 707 30 30 31

CONTACTOS EXCLUSIVOS_

Linha exclusiva de protocolos_ 707 30 30 31

Email exclusivo de protocolos_ protocolos@nseguros.pt

Web_ www.nseguros.pt



Concurso Foto Febase 2017



Caras e Caros Concorrentes,

É com imenso prazer que anunciamos a chegada da 7.ª edição do Concurso FOTO FEBASE.

A FEBASE organiza para os sócios dos seus sindicatos mais um concurso

fotográfico: O FOTO FEBASE 2017 representa mais uma oportunidade, mais desafios, mais competição, mais participação, mais criatividade, e mais prémios. Mantendo o nível e a qualidade que já vão além do mero amadorismo, este concurso permite-lhe aliar ao gosto pela fotografia a oportunidade de revelar o seu talento e criatividade, habilitando-se a prémios bastante atractivos.

Se é um(a) apaixonado(a) por fotografia e é sócio(a) de um dos sindicatos da FEBASE, este concurso é para si. Se possui uma máquina fotográfica digital, se tem vontade de revelar o seu

talento e exibir o seu trabalho, se possui espírito competitivo, iniciativa e é aventureiro(a), se gosta de desafios e está disposto(a) a enriquecer os seus conhecimentos fotográficos e ir além dos seus limites, este é um desafio à altura.

Divirta-se a fotografar o que mais gosta e habilite-se a fazer crescer o seu material e equipamento fotográfico. ▶

Contamos consigo.
Boas Fotos!

A organização Foto Febase

Regulamento Foto Febase 2017

CONCORRENTES E TEMAS

O Concurso FOTO FEBASE 2017 destina-se exclusivamente aos associados dos sindicatos da FEBASE e abrange os seguintes temas mensais:

Tema Livre

Neste tema poderá captar livremente o que mais gosta de fotografar.

Tema Monumentos Portugueses

Neste tema poderá captar todo o tipo de construção que por razões simbólicas, comemorativas, históricas ou outras sejam considerados monumentos, tais como: igrejas, castelos, fontes, capelas, objetos artísticos existentes em determinados locais, cidades ou localidades no território português.

ADMISSÃO E RECEÇÃO DE FOTOGRAFIAS

Serão admitidas mensalmente, até ao máximo de quatro (4) fotografias por concorrente, independentemente do tema.

As fotografias deverão ser enviadas até ao dia 20 de cada mês, sendo a seleção mensal feita com base nas fotografias rececionadas até esse limite.

A receção das fotografias será feita através de correio eletrónico para o seguinte endereço: fotofebase@febase.pt, indicando OBRIGATORIAMENTE os seguintes elementos:

Nome e Apelido do Participante; Sindicato ao qual pertence; N.º Sócio; Telefone de Contacto; Correio Eletrónico; Tema da Fotografia; Título da Fotografia; Lugar e Data onde foi tirada.

Todas as fotografias para concurso deverão ser digitais e enviadas em formato JPG.

Para efeitos de publicação on-line, as fotografias deverão ter, no mínimo, 0,25 megabytes (250 Kb) e não ultrapassar a dimensão de 2 megabytes (2.000 Kb).

CALENDARIZAÇÃO

O concurso decorrerá durante o ano de 2017, iniciando-se em fevereiro e terminando em novembro. O mês de dezembro será destinado ao apuramento das quatro (4) melhores fotografias a concurso.

Para o efeito, mensalmente serão apuradas as doze melhores (12) fotografias, salvo nos casos em que a qualidade, originalidade e criatividade a concurso, não permita tal apuramento.

PRÉMIOS

Prémios Finais:

- 1.º Prémio: material digital/fotográfico no valor de 700 euros
- 2.º Prémio: material digital/fotográfico no valor de 500 euros
- 3.º Prémio: material digital/fotográfico no valor de 250 euros
- 4.º Prémio: material digital/fotográfico no valor de 150 euros

Só será atribuído um prémio por participante. Caso mais do que uma fotografia premiada seja do mesmo concorrente, será considerada a fotografia seguinte imediatamente mais votada pelo júri.

O regulamento e respetivo blogue já se encontram disponíveis para consulta em www.fotofebase17.blogspot.com

Participe e envie as suas primeiras fotografias até ao dia 20 de fevereiro.



João Paulo Pires (coordenador da CSE do Millennium BCP), Mário Mourão (presidente do SBN) e Teixeira Guimarães (vice-presidente) no processo da contagem de votos

Associados no BCP aprovaram alterações ao ACT do banco

Na consulta promovida pela Direção do SBN, a maioria pronunciou-se a favor da assinatura do acordo

Os associados do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN) no Millennium bcp aprovaram as alterações ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) daquele banco.

Com efeito, terminadas as reuniões com os trabalhadores – que se efetuaram em toda a área sindical do SBN, decorreu o processo de consulta àqueles, tendo-se registado, nos 447 votos validamente expressos, 306 a favor e 136 contra.

Recorde-se que, apesar de a Direção do Sindicato dos Bancários do Norte ter poderes para denunciar, negociar e outorgar protocolos e convenções coletivas de trabalho, desta vez e no processo em apreço foi decidido efetuar uma consulta aos trabalhadores, tendo as reuniões sido efetuadas entre os dias 5 e 14 de janeiro, seguindo-se a consulta a todos os associados.

A Direção foi claramente favorável à assinatura do acordo, pela importância que este terá, em termos de futuro, para os tra-

balhadores do banco e ainda pelo facto de aquela instituição de crédito ter assumido o compromisso escrito de que “reitera perante o SBN a intenção de repor os salários em julho próximo”, e ter afirmado ainda que “o BCP se compromete a iniciar conversações, após os pagamentos dos CoCos, acerca de matérias de natureza salarial, despesas com deslocações e ajudas de custos”.

Aquelas afirmações do banco foram ao encontro das posições assumidas pelos elementos do SBN presentes nas ne-

gociações, que desde o início referiram que, encontrando-se ainda em vigor o Memorando de Entendimento assinado em 31 de dezembro de 2013, as negociações, a existirem, teriam de ter sempre presente as matérias relacionadas com a tabela salarial e com as cláusulas de expressão pecuniária.

Por seu turno, quando houver alterações a estas, terá de ser sempre considerado o estipulado na cláusula 1.ª, que se refere ao âmbito pessoal e profissional. ▶

LARGA MAIORIA A FAVOR

O processo de consulta aos sócios do SBN no BCP teve o seguinte resultado:

Sócios recenseados	1414
Votos entrados	462
Votos nulos (não identificados)	9
Votos inválidos	6
Votos validamente expressos	447
Votos SIM	306
Votos NÃO	136
Votos brancos e nulos	5

SBN deduz oposição de princípio aos programas Millennium Flex Base e Plus

Sindicato deixou claro ao BCP que os direitos laborais estão indisponíveis durante a vigência do contrato de trabalho

O Sindicato dos Bancários do Norte, no dia em que tomou conhecimento da vontade demonstrada pelo Millennium bcp em aplicar aos seus trabalhadores os programas Millennium Flex Base e Plus, solicitou ao banco a suspensão da respetiva aplicação, até ser possível efetuar uma análise mais detalhada e precisa e, por uma questão de cautela, declarou oposição de princípio aos documentos, nomeadamente nos aspetos que pudessem conflitar com os direitos dos trabalhadores previstos no ACT.

Analisados os documentos pelo Serviço de Contencioso do SBN, resultaram confirmadas as dúvidas sobre a legalidade dos referidos planos promovidos pelo BCP/MERCER, nomeadamente na parte em que priva parcialmente os trabalhadores do pagamento normal de algumas prestações retributivas – subsídios de alimentação, de estudo, infantil... –, para, alegadamente, criar benefícios para os trabalhadores.

Está-se, assim, perante uma situação de ilegalidade, pois as verbas referentes àqueles subsídios, contratualizados no ACT do Grupo BCP, não podem ser disponibilizadas, dado que, nos termos legais, têm, na data do pagamento, de serem colocadas à livre disposição dos trabalhadores, que não podem renunciar aos valores mencionados.

Ao montar aqueles planos, o banco viola normas legais e contratuais e impede os trabalhadores da livre utilização de parte da retribuição, reencaminhando-as para novo destino, talvez do interesse da instituição. O argumento aduzido, de que “é um programa de benefícios sociais desenvolvido pelo Millennium bcp para utilização na seleção de um conjunto de benefícios que o banco coloca à sua disposição, em alternativa a alguns benefícios previstos no ACT”, ainda mais agrava a situação quanto à legalidade do processo, pois os benefícios previstos no ACT foram



livremente negociados com os Sindicatos e são para manter até que por outros sejam substituídos.

Também dúvidas se colocam quando se diz nos documentos distribuídos que “a empresa pode, de acordo com o seu livre e exclusivo critério, alterar, suspender ou cancelar o plano Millennium Flex”.

Por outro lado, é a própria KPMG que diz que “não pode ser responsável pelo resultado de quaisquer atos ou ações decididas ou tomadas unicamente com base na informação deste regulamento”.

DÚVIDAS COLOCADAS

Todas estas questões foram analisadas numa reunião que o SBN efetuou com a Direção de Recursos Humanos do BCP, onde o Sindicato colocou as suas dúvidas e deixou claro que os direitos laborais estão indisponíveis durante a vigência do contrato de trabalho – nomeadamente o direito à retribuição –, como é tratado de forma clara no Código do Trabalho.

Em síntese e no presente processo há que chamar a atenção para as seguintes conclusões:

a) à primeira vista parece tratar-se de uma inusitada alteração ao ACT, o que resulta confessado pela expressão “em alternativa ao ACT”; ora, as alterações ao ACT têm regras impostas por lei, não

sendo admissíveis alterações entre trabalhador e empregador;

b) sublinha-se que há normas legais que impõem as formas e os meios de pagamento, que não podem ser alteradas por acordo entre o trabalhador e o empregador;

c) é elucidativa a confissão de que os benefícios não constituem contrapartida da prestação de trabalho, ou seja, de que não seriam retribuição, violando também o que está previsto nas normas jurídicas que definem o que é ou não retribuição;

d) parece tratar-se de expedientes de engenharia para contornar as leis fiscais e de contribuição social, o que pode configurar outras situações;

e) a este propósito é também elucidativo o aviso de que o enquadramento fiscal subjacente ao “regulamento” dos benefícios foi feito com base numa interpretação – qual? – que teria a chancela da conhecida empresa KPMG, a qual não se esqueceu de avisar que não se responsabiliza!...

f) nota-se ainda que o Millennium se reserva o direito arbitrário de tudo alterar;

g) é óbvio que os benefícios, não constituindo anunciadamente retribuições, não serão tidos em conta, além do mais, para efeitos de reforma, o que – louve-se – até aparece confessado. ▀

Comissão Sindical de Empresa do Bankinter

É possível aumentar o número

Depois da compra da operação do Barclays, a transferência para o Bankinter ocorreu sem despedimentos – e a instituição tem especial atenção em premiar o mérito dos seus trabalhadores

Textos | Francisco José Oliveira

Alberto Tavares (coordenador) e Gil de Sousa são os membros da Comissão Sindical de Empresa do Bankinter, que nesta entrevista afirmam a sua expectativa num crescimento do emprego naquela instituição.

P – Como veem o atual cenário da banca em geral?

R – Em resultado da crise financeira ocorrida em finais de 2008, a banca deparou-se com novos desafios, nomeadamente no modelo de negócio. Temos assistido, assim, a diversos processos de reestruturação, justificados pela quebra das margens do negócio por força da descida das taxas de juro e da evolução tecnológica, que tem ido no sentido da prestação de serviços por outros tipos de canais diretos, ou seja, digitais.

P – E quanto àquilo a que as instituições eufemisticamente designam por “ajustamentos” na banca?

R – Obviamente que os trabalhadores são os que têm sofrido com o processo de ajustamento à nova realidade, fruto de um ciclo económico longo e negativo. Mas isto ainda não terminou aqui: tememos que, no futuro, tenhamos certamente mais reduções de trabalhadores, através de reestruturações ou de otimização de sinergias, fruto de concentrações. É que a procura da rentabilidade, contrariando assim a descida das taxas de juro e, consequentemente, a redução das margens, com a necessidade de encontrar novos produtos e novos canais, trará certamente



Da esquerda para a direita: Gil Ribeiro, José António Gonçalves e Alberto Tavares (coordenador da CSE do Bankinter)

transformações e adaptações dos trabalhadores bancários.

MIGRAÇÃO

P – Como correu a migração para o Bankinter?

R – A nossa opinião e o feedback de colegas envolvidos neste processo é de que a migração foi bem planeada, com um período longo de cerca de seis meses de preparação, para que tudo corresse bem. O cenário colocado na mesa era de venda ou encerramento da operação, pois havia sido definido o negócio em Portugal como non-core. Felizmente tivemos um comprador que, para além de ser um forte player no país vizinho, não detinha agências em Portugal e estava interessado em investir.

P – Quer isso dizer que não houve despedimentos?

R – Exatamente. É que, assim, foi possível transferir para o Bankinter cerca de mil trabalhadores, com a manutenção dos respetivos postos de trabalho. Isso foi o mais importante. Atualmente temos um

Bankinter com vontade de fazer negócio bancário, não só através da aquisição, que se concretizou em finais de março de 2016, como também através dos investimentos no negócio e nas pessoas. Podemos dizer que é um banco fortemente focado no negócio de empresas e de particulares, assente em fortes plataformas digitais e com especial atenção em premiar o mérito dos seus trabalhadores.

AÇÕES DE PROXIMIDADE

P – Quais foram as vossas linhas programáticas, quando se candidataram à Comissão Sindical de Empresa?

R – Era claro que se sentia a necessidade da existência de interlocutor junto dos sócios do SBN. O objetivo era o da realização de ação sindical de proximidade junto dos associados, para a manutenção dos existentes e captação de novos sócios, marcando pela positiva a forma de acompanhamento destes trabalhadores. Por outro lado, verificava-se a necessidade de identificar de forma mais célere os problemas dos associados e de transmitir à Direção do Sindicato essas situações.

de trabalhadores



P – Dos vossos contactos com os associados, qual a apreciação que resulta sobre o SAMS?

R – Em primeiro lugar, queremos ressaltar a não existência de dúvidas sobre o facto de o SAMS/SBN ser um dos melhores subsistemas de saúde a nível nacional. Já quanto às questões mais frequentes que os nossos sócios suscitam a

este propósito incidem sobre os serviços prestados pelo SAMS, desde as participações aos protocolos existentes, em especial fora do Grande Porto. E também por isso se sente a importância dada ao contacto pessoal junto dos associados, sendo que estas ações são obviamente muito mais eficientes do que o contacto telefónico ou por e-mail.

P – Quais os principais resultados dessas ações efetuadas junto dos associados...

R – Alguns deles são intangíveis e repercutem-se no tempo. Por exemplo: é difícil recuperar um sócio depois de ele sair. Assim, a melhor alternativa é fazer um bom acompanhamento dos associados, de forma mais eficaz e visitando-os no local de trabalho. Mas, por outro lado, aquando de saídas, existe um argumento regularmente apresentado – que é tentador – e que se refere a melhores participações que podem receber de outros sistemas, nas especialidades de estomatologia e de oftalmologia. Naquelas especialidades, temos ainda uma diferença de valores de participação e este é, invariavelmente, o argumento apresentado. No entanto, alertamos os sócios para que a balança entre benefícios e desvantagens tem de ser vista num leque geral de condições e não apenas em termos de valor de participações de despesas médicas. Têm de alterar esta visão de curto para médio-longo prazo.



AUMENTAR SÓCIOS

P – Que futuro anteveem para a Comissão Sindical de Empresa do Bankinter?

R – Após três reduções do número de trabalhadores que sofremos entre 2013 e 2015, o número de sócios do SBN também se reduziu proporcionalmente, o que se traduz na dificuldade de, no próximo ano, mantermos a Comissão Sindical de Empresa e realizarmos as ações de proximidade junto dos associados. Por isso estamos a trabalhar para aumentar a nossa base de sócios.

P – Qual a frequência com que realizam essas ações de proximidade?

R – Atualmente, fazemos visitas mensais às agências, sempre acompanhados de um elemento da Direção do SBN, o que proporciona uma grande valorização destas ações de proximidade. O que lamentamos é não dispor de meios eletrónicos para comunicar com os sócios. Presentemente, apenas podemos realizar as visitas mensais aos balcões e usar os nossos telemóveis pessoais.

BANCA DIGITAL

P – Para terminar: o Grupo Bankinter é conhecido pela vertente tecnológica e digital na sua atividade. Como é que isso pode impactar os seus trabalhadores em Portugal?

R – De facto, o banco foi pioneiro na introdução do sistema de banca à distância, complementar à rede tradicional de balcões, como o telefone, a internet ou o canal móvel, o que veio permitir um enorme leque de possibilidades de relacionamento e de comercialização de produtos, assente numa estratégia multicanal perfeitamente integrada. Mas parece-nos ser possível manter o número de trabalhadores e até incrementar esse número, em simultâneo com o uso de novas tecnologias aplicadas à ajuda na concretização do negócio bancário, o que se comprova pelo facto de ter sido dos dois únicos bancos em Espanha – o outro foi o Sabadell – que nos últimos anos cresceu em número de trabalhadores, e único banco que cresceu em número de agências. ■

Assegurando pelo seguro (I)



Esta é a primeira parte de uma série de três artigos sobre a história da atividade seguradora, que serão publicados intervaladamente ao longo dos próximos meses

Texto | Diogo Tavares

O que escrevo nesta peça parecerá no mínimo pedantesco, muito devido à minha falta de experiência sobre este tópico: o da atividade seguradora. Mas primeiro, um momento de honestidade. Nunca fiz um seguro e pouco antes de ter começado a pesquisa sobre este artigo pouco ou nada sabia sobre a atividade seguradora. Em minha defesa, não sou o género de pessoa que deixa a ignorância ser um impedimento na vida. Frank Herbert, na sua obra *Dune*, refere como parte do seu universo fictício a litania contra o medo, cuja passagem mais famosa diz que “o medo é o assassino da mente”. O meu único medo aqui é o de não saber e de o que eu sei não ser correto ou factual. Parafraseando este autor, digo na mesma moeda que “a ignorância é a morte da razão” e, para mim, a ignorância tem cura.

A solução mais prática seria perguntar a alguém que percebe de seguros, e o que não faltam no meu local de trabalho são pessoas com as competências essenciais para me explicar tudo e mais

alguma coisa sobre este tópico: o que é um seguro, para que serve, e como os mediadores subsistem a partir deste setor da atividade financeira. Claro, imediatamente um dos conselhos que me deram foi o de considerar tirar um curso de Mediador de Seguros. Claro, que mera curiosidade intelectual não seria uma razão suficiente para me tornar um profissional dos seguros a tempo inteiro mas, não obstante, comecei a minha pesquisa sobre o tópico.

RESPONSABILIDADE E RISCO

Durante anos ouvia o meu pai queixar-se dos pagamentos do seguro do carro, uma chatice dizia ele. Visto ser vendedor e ter múltiplas viaturas na empresa, assegurar que os seguros estavam em dia era imperativo. Claro que isto fazia-me coçar a cabeça quando tinha 12 anos e a pergunta que fazia constantemente era porquê ser obrigado a pagar um seguro quando é claro que ninguém o quer fazer? Eventualmente, com a minha chegada à

idade adulta tornou-se mais evidente para mim como os anúncios de seguros automóveis começavam a ficar mais prolíficos na televisão pública e nos média em geral. A mimética deste fenómeno está de tal forma enraizada na consciência coletiva dos portugueses, que basta dizer “OK Telesseguros, fala a Marta” para evocar imagens da agente de seguros simpática e prestável no outro lado da linha do telefone, sempre disposta para nos auxiliar no que for preciso. Hoje compreendo que um seguro automóvel faz parte da responsabilidade civil de cada condutor e que para conduzir é preciso assegurar que quaisquer danos causados pela nossa conduta como condutores, acidental ou não.

Mesmo ao nível mais básico dos básicos, descrever um seguro não é fácil. Explicar o porquê de se pagar um valor periodicamente para precaver uma ocorrência de um evento com um prémio é abstrato, especialmente com as diferentes formas de medir e analisar os eventos que um seguro cobre. Mas, ao nível fundamental, um seguro reduz-se à seguinte lógica:

“Pagar X agora e periodicamente, para que quando acontecer Y, eu receber Z. Sendo que X é o valor da quota de pagamento do seguro, Y os termos de ativação e Z o prémio do seguro.”

De um ponto de vista analítico e simplista, é difícil descrever de forma mais breve do que isto os básicos do funcionamento de um seguro na ótica do consumidor. Mas pelo ponto de vista de um profissional de seguros, a principal variável na criação de um seguro é somente uma: o risco.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Mas qual é a história dos seguros? Quem se lembrou de fazer este instrumento financeiro? Como todas as grandes histórias, esta noção de um seguro começou com uma ideia, a do conceito do que se chamasse Subscrição, ou mais conhecido como Underwriting. O Underwriting é o conjunto de serviços financeiros oferecidos por instituições financeiras, em que essa instituição garante um reembolso dos riscos e perdas financeiras de um investimento feito por um associado ou parceiro em troca de pagamento.

Esta ideia do Underwriting (under: por baixo; writing: escrever) começou nas grandes casas de café de Londres no século XVII, a mais famosa conhecida como a Lloyd's Coffee House, onde os mercantes e investidores se reuniam para negociar e conviver com as guildas mercantis da época e discutir os eventos e notícias da sua atividade.

E por esta altura, com a Grande Companhia das Índias Britânica em plena atividade, havia muito dinheiro para ganhar na compra e troca de mercadorias exóticas. E onde há dinheiro e investimentos, há claramente riscos! Nada garantia que um barco que zarpasse dos portos de Londres alguma vez voltasse a Londres com a sua carga, ou pior, voltasse de todo. E os riscos eram imensos, como a pirataria, a doença da tripulação ou tempo agreste do Atlântico. Por vezes os barcos saíam dos portos da Índia e das Américas com tanta carga, que a única maneira de o barco sequer sobreviver à viagem era deitar fora mercadoria em troca de lastro, caso contrário o barco ia ao fundo e a tripulação toda com ele. Obviamente, isto deixava os mercantes nas casas de café com as mãos nos bolsos quando as suas perdas eram ruínas.

Não querendo que algo tão frugal como o risco se pusesse em frente dos lucros, os patrões financeiros das casas de café tiveram uma ideia. O conceito era simples: um

investidor apresentava uma folha aos restantes mercantes na casa de café, escrita com os termos de responsabilidade do investidor e múltiplas linhas debaixo destes termos. A folha passava, e por baixo dos termos os mercantes assinavam o nome e pagavam uma verba ao investidor. Quem assinasse e pagasse a verba, tinha a palavra do investidor em que caso acontecesse alguma coisa à sua mercadoria durante a viagem, esse investidor recompensaria as perdas dos assinantes. Caso contrário, parte das verbas seriam usadas para recompensar outras perdas, garantido que haveria sempre um dinheiro de parte para pagar as recompensas de quem perdesse os seus investimentos.

O INCÊNDIO DE LONDRES...

A ideia de um papel a passar por um café garantir os riscos de um negócio lucrativo, mas potencialmente ruinoso, não só era benéfica para todos os envolvidos, como também compatível e suportado pelo clima financeiro da época. As ideias financeiras na Europa conseguiram que em uma mera centena de anos se fizessem imensos progressos nas ideias de economia e gestão financeira para a forma como as conhecemos na era moderna, em que conceitos como as notas de papel, cheques de pagamento, crédito financeiro e bancos centrais estavam na sua infância como instituições de uma economia sustentável, sem estarem escoradas por moedas de troca físicas e limitadas como o ouro e a prata.

Mas isto não foi o nascimento da atividade seguradora como a conhecemos hoje. Para isso, foi preciso a cidade de Londres ser reduzida a cinzas para que a ideia do seguro cristalizasse. O ano era o de 1666 e mais de 14000 habitações tinham sido completamente destruídas numa questão de dias, e os sobreviventes desta catástrofe encontravam-se sem um teto por cima das suas cabeças.

O Grande Incêndio foi sem dúvida uma catástrofe terrível para uma cidade como Londres, e seria necessário um esforço hercúleo para reparar os danos causados – e na altura incêndios em áreas urbanas como Londres eram frequentes. As guildas de mercantes, que nas casas de cafés de Londres já seguiam os riscos das em-

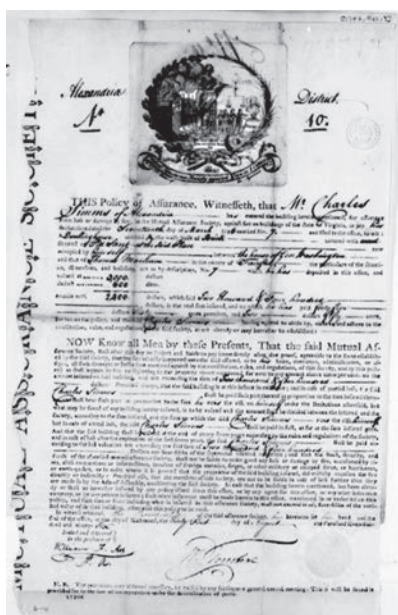


barcações de transporte de mercadorias vindas de outros portos, viram neste incêndio uma oportunidade de expandir a sua área de ação. Metade da cidade já tinha ardido, mas astutamente estes investidores começaram a vender contratos de subscrição aos que ainda tinham as suas casas, mas temiam perdê-las em incêndios semelhantes.

... E PRIMEIRA SEGURADORA

E o resto é história, assim nasceu o primeiro seguro, o seguro contra incêndios, em que a apólice não é mais que um contrato de subscrição garantido pelo investidor. Claro que com o clima da época, os seguros contra incêndios vendiam-se que nem pastéis de nata, de tal forma que já não fazia sentido operar nas casas de café.

Dedicados em abrir a sua própria companhia de seguros, um grupo destes investidores tomou o nome de uma das casas de café que frequentavam para abrir a primeira companhia de seguros. Até hoje, a Lloyd's of London continua a exercer a sua atividade como uma corporação de atividade seguradora, servindo de mercado para outras companhias do ramo das seguradoras e uma das mais antigas da Europa e do mundo. ▀



Futsal

Campeonato arranca a 3 de março



Depois da final do Sul e Ilhas em veteranos, as atenções centram-se agora no campeonato de seniores. Ao todo, são 17 equipas a lutar pelo título regional

Textos | Pedro Gabriel

O sorteio da fase regional do 41.º Torneio Nacional Interbancário de Futsal realiza-se no dia 15 de fevereiro, estando o início previsto para 3 de março, com a jornada inaugural. Esta primeira fase terá ainda mais quatro jornadas, nos dias 10, 17 e 31 de março e 5 de maio.

No total, serão 17 equipas que vão lutar pelo título do Sul e Ilhas, cuja final está agendada para 27 de maio, em local a

designar. A final nacional será a 10 e 11 de junho, em Mortágua.

No entanto, antes das grandes decisões, será necessário jogar os quartos-de-final, a 13 de maio, e as meias-finais, a 20 do mesmo mês.

REGIONAIS

A zona de Lisboa contará com cinco equipas: Team Foot, CM BCP Fapoc e CM BCP Foot A Mill, oriundas do Millennium bcp, e ainda GD BPI e GD Santander Totta.

Algumas Secções Regionais do SBSI também apresentaram equipas para este campeonato. Évora e Funchal são as mais representadas, com três equipas cada, e Ponta Delgada terá duas equipas. Angra do Heroísmo, Tomar, Horta e Setúbal inscreveram uma equipa cada.

Como habitualmente, os resultados poderão ser consultados no sítio do SBSI ou através das revistas Febase e O Bancário. ■

Pinto Pedro faz o pleno

King

O concorrente da CGD-AAEBNU obteve o máximo de pontuação no total dos quatro jogos realizados e lidera a classificação geral



A 2.ª jornada de apuramento de Lisboa do 11.º Torneio Interbancário de King teve lugar no dia 21 de janeiro, na sede do SBSI, em Lisboa. Vinte e um foi também

o número de concorrentes presentes, de um total de 22 inscritos.

Como habitualmente, foram realizados quatro jogos, tendo Pinto Pedro (CGD-

AAEBNU) levado a melhor, com 20 pontos, seguindo-se um quarteto oriundo do Millennium bcp. José Costa obteve 16 pontos e ficou no segundo posto, com Luís Santana, António Ramos e Américo Pereira a chegarem aos 14 pontos, tal como António Araújo (Banco BPI).

Na classificação geral, Pinto Pedro lidera com 30,5 pontos, seguindo-se Luís Santana, com 29,5 pontos, José Costa, com 29, e Américo Pereira e António Ramos, ambos com 24,5 pontos.

No dia 4 realizou-se a 3.ª jornada, enquanto a 4.ª será disputada a 21. Daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■



Comissões promovem **encontros sindicais**

A contratação coletiva na banca é o tema principal das reuniões do GRAM e da Juventude

Textos | Inês F. Neto

Face à dinâmica da negociação coletiva no período recente, com a revisão de diversos IRCT do setor, as estruturas sindicais têm organizado iniciativas que permitam prestar esclarecimentos.

Recorde-se que além da entrada em vigor de um novo ACT do Setor Bancário, também os ACT do Grupo BCP, Montepio e Empresas da CGD, e o AE da Caixa foram alvo de negociações.

Nesse sentido, o GRAM – Grupo de Ação de Mulheres promoveu a primeira reunião de Núcleos de 2017 no fim-de-semana de 10 a 12 deste mês, em Ferreira do Zêzere.

Além de debate sobre temáticas diretamente relacionadas com as ações desenvolvidas pelos Núcleos, a contratação esteve em foco entre as participantes, para que mais tarde possam elucidar os colegas nos locais de trabalho.

O mesmo objetivo de esclarecimento de dúvidas estará presente na jornada da

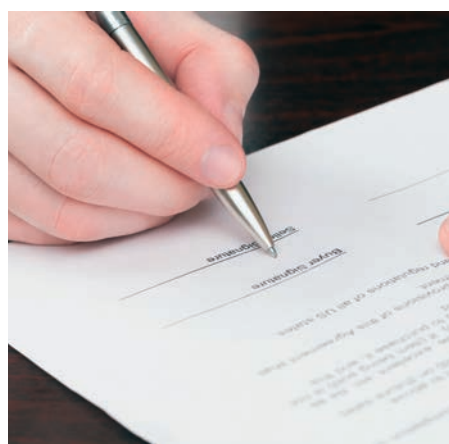


Juventude, que a Comissão promove de 17 a 19 de março nos Açores.

Destinado às Secções Regionais de Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo, o encontro será dedicado à contratação coletiva na banca.

A Comissão de Juventude pretende deste modo dar o seu contributo para que os bancários mais novos tenham consciência plena dos seus direitos e deveres enquanto trabalhadores e cidadãos e possam recorrer ao Sindicato sempre que considerem oportuno. ▀

Conselheiros votam AE da Oitante



O Conselho Geral do SBSI será convocado em breve para pronunciar-se sobre o Acordo de Empresa para os trabalhadores da Oitante

Os Sindicatos da Febase e a administração da Oitante chegaram a um acordo de princípio sobre o Acordo de Empresa (AE) para os trabalhadores da empresa.

O acordo alcançado será agora submetido à apreciação dos Conselhos Gerais

dos Sindicatos e, posteriormente, levado à aprovação do órgão congénere da Febase. Os conselheiros do SBSI deverão ser chamados em breve a pronunciarem-se sobre o documento.

O AE agora concluído foi elaborado tendo por base o ACT da banca, com exceção das matérias específicas do setor face às características da empresa. É o caso, por exemplo, da concessão de crédito à habitação.

Entre as matérias que se mantêm inalteradas no AE relativamente à convenção coletiva dos bancários encontra-se o direito ao SAMS. ▀

SBC organiza reuniões com trabalhadores

O Sindicato dos Bancários do Centro ouve trabalhadores bancários e delega na Febase a outorga dos ACT do Grupo BCP e do Montepio

Textos | André Cardoso

O SBC promoveu reuniões distritais abertas a todos os trabalhadores do Montepio e do BCP, durante os meses de novembro e dezembro.

As reuniões serviram para dar conhecimento do ponto de situação das negociações dos ACT de cada uma das instituições e ouvir os contributos que os bancários tinham para dar.

De assinalar a adesão que as reuniões tiveram, principalmente as referentes à discussão do ACT do Montepio.

Havendo matérias sensíveis em qualquer um dos acordos, estas reuniões revelaram-se bastante importantes pois foi possível a Direção perceber as maiores preocupações dos trabalhadores e ser alertada para algumas situações práticas que careciam de melhor regulamentação



e, assim, ainda voltar à mesa das negociações para rever essas matérias.

PROXIMIDADE

Os elementos representantes do SBC presentes nas reuniões ficaram igualmente sensibilizados para a necessidade de fomentar este tipo de encontros, pró-

ximos dos trabalhadores, não só nos momentos de negociação mas também para esclarecimento de matérias específicas dos próprios ACT e AE.

As Comissões de Trabalhadores de cada uma das instituições foram convidadas e estiveram presentes, tendo a CT do Montepio feito representar de forma institucional em todas as reuniões. ■

Conselho Geral debate convenções coletivas



O primeiro Conselho Geral da atual Direção do SBC deliberou sobre os IRCT negociados

O Conselho Geral, que decorreu no dia 23 de dezembro de 2016, contou com forte presença dos conselheiros do Sindicato. O principal ponto da ordem de trabalhos foi a análise, discussão e deliberação sobre a celebração dos ACT do Montepio, AE da Oitante, e de revisão do ACT do BCP, AE da CGD e ACT da Caixa Leasing e Factoring.

Numa discussão bastante intensa, foram debatidos vários aspetos dos IRCT em análise. No final, uma larga maioria dos conselheiros aprovaram a única proposta apresentada à Mesa do Conselho Geral, no sentido de delegar na Febase a outorga dos referidos acordos. ■

Aprender guitarra e cavaquinho!

Estão abertas as pré-inscrições em aulas de iniciação aos dois instrumentos musicais

Textos | André Cardoso



O Sindicato irá disponibilizar aos associados e seus familiares aulas de iniciação à guitarra e cavaquinho, estando já abertas as pré-inscrições para os interessados em adquirir conhecimentos musicais nestes instrumentos.

As aulas serão em grupo e destinam-se a alunos de nível 1, ou seja, que não possuam conhecimento musical e instrumental.

O horário das aulas será em horário pós-laboral e a acertar entre os interessados,

decorrendo nas instalações da sede do SBC, em Coimbra.

Esta é a oportunidade para soltar a música que há em si. Inscreva-se! Mais informação junto dos serviços do SBC. ▶

Viagens



Entre o rio e as lagoas

Festejar o S. João no Rio Douro ou conhecer pequenos segredos açorianos estão ao alcance dos associados. O convite está feito...

O SBC convida os sócios a ir até ao Rio Douro festejar o São João, mais conhecido que a Santa padroeira da cidade do Porto, N.ª S.ª da Vandoma, e que representa a noite mais importante da cidade, à medida de folias, manjericos, martelinhos e salutar convívio entre sardinhadas, a que não pode faltar a broa, o caldo verde, o pimento e o vinho, e bailaricos.

A bordo de um barco em pleno Rio Douro, com jantar e vista privilegiada para o magnífico fogo-de-artifício que a todos certamente deslumbrará, os sócios terão oportunidade de apreciar uma das

atrações mais genuínas e que ilumina os céus na noite de São João: os balões de ar quente feitos em papel.

Brevemente será divulgada a restante programação para 2017.

Para mais informações contacte o setor de Tempos Livres.

AÇORES

O Secretariado Regional de Leiria leva a efeito uma viagem aos Açores, a decorrer de 21 a 25 de junho, onde poderá visitar as ilhas de São Miguel, Pico e Faial e conhecer os seus pequenos segredos.

DESPORTO

Estão abertas inscrições para as provas desportivas organizadas pelo SBC. Consulte o site ou o setor de Desporto para saber até quando se poderá inscrever. ▶

MAIS ALOJAMENTOS PARA AS FÉRIAS



Já é possível reservar alojamento nos apartamentos que o Sindicato tem ao dispor dos seus sócios no Algarve. Este ano com uma novidade! Contando com a Quinta Pedra dos Bicos e o Real Lota, de reconhecida qualidade, o Edifício Veleiro, em Monte Gordo, passa também a ser opção. Este empreendimento, com uma localização privilegiada junto à praia, reúne todas as condições para proporcionar umas férias revigorantes, complementadas por uma agradável piscina interior, que pode ser utilizada todo o ano!

Junta-se, assim, à oferta existente em Albufeira e Manta Rota, em três empreendimentos estrategicamente localizados e modernos, completamente equipados e criteriosamente selecionados, com elevados padrões de conforto, requinte e bem-estar para uma perfeita experiência de férias.

Com preços a partir de 9 €/noite, o SBC continua a garantir aos seus associados condições muito favoráveis, com descontos que chegam aos 90% face aos preços de balcão praticados pelas unidades hoteleiras.

Para mais informações, contacte o sector de Tempos Livres. ▶

Passe as "pontes" connosco



O Melhor da Galiza | 22 a 25 de abril

4 dias | Pensão Completa

- 1.º Dia – Lisboa | Vigo | Santiago de Compostela;
- 2.º Dia – Santiago de Compostela;
- 3.º Dia – Santiago de Compostela | Corunha | Santiago de Compostela;
- 4.º Dia – Santiago de Compostela | Sanxenxo | Lisboa.

- Preço por pessoa, base quarto duplo (hotéis de 5*) – 360,00 € para um mínimo de 40 participantes (*)
- Suplemento para estada em quarto individual - 90,00 €

(*) Os preços podem reduzir se o número de participantes for maior.



Marrocos o Legado Português | 3 a 10 de junho

- 1.º Dia (MP) – Lisboa | Marraquexe (Voo TP 1452 16h20/18h25)
- 2.º Dia (PC) – Marraquexe
- 3.º Dia (PC) – Marraquexe | Essaouira
- 4.º Dia (PC) – Essaouira | Safi | Azemmour | El Jadida
- 5.º Dia (PC) – El Jadida | Meknes | Fez
- 6.º Dia (PC) – Fez
- 7.º Dia (PC) – Fez | Rabat | Casablanca
- 8.º Dia – Casablanca | Lisboa (Voo TP 1439 7h00/9h00)

- Preço por pessoa, base quarto duplo (hotéis de 5 *) – 1.050,00 € para um mínimo de 24 participantes (*)
- Suplemento para quarto individual – 150,00 €
- Taxas de aeroporto incluídas, passíveis de alteração até à emissão final dos voos
- Obrigatório passaporte com 3 meses de validade

(*) Os preços podem reduzir se o número de participantes for maior.

Flandres | 5 a 8 de outubro

- 1.º Dia (MP) – Lisboa | Bruxelas
- 2.º Dia (Pc) – Bruxelas | Bruges | Gante | Bruxelas
- 3.º Dia (Pc) – Bruxelas | Antuérpia | Malines | Bruxelas
- 4.º Dia (Pa) – Bruxelas | Lisboa

- Preço por pessoa, base quarto duplo (hotéis de 4*) – 740,00 € para um mínimo de 18 participantes (*)
- Suplemento para quarto individual – 150,00 €

(*) Os preços podem reduzir se o número de participantes for maior.



Serviços Incluídos:

- Pequeno-almoço (Buffet na maioria dos hotéis)
- 5 Refeições (sem bebidas)
- Visitas e/ou excursões com guia local (segundo itinerário)
- Panorâmicas de Bruxelas, Antuérpia e Malines, Gant e Bruges
- Excursão de visita a Lovaina

PROGRAMAS COMPLETOS E MAIS INFORMAÇÕES NO NOSSO SITE WWW.STAS.PT OU LIGUE 211 383 593



Contacto com trabalhadores em todo o território nacional já começou

Textos | Patrícia Caixinha

Um dos objetivos principais da Direção para 2017 é a sindicalização e o contacto com os(as) sócios(as), a estrutura sindical e os(as) trabalhadores(as) nas diversas empresas, em todo o território nacional.

No cumprimento desta missão e dando prioridade a este objetivo, o STAS iniciou as visitas aos colegas em vários pontos do País. Acompanhados pelas estruturas sindicais, os elementos da Direção efetuaram contactos com os(as) trabalhadores(as), prestando esclarecimentos, entregando tapetes de rato com calendário e canetas, ouvindo desabafos, registando pedidos, ou simplesmente passando para dizer “Olá, estamos aqui”.

Covilhã, Fundão e Castelo Branco; Angra do Heroísmo; Cascais e Oeiras; Porto; Coimbra e Figueira da Foz; Setúbal e Montijo; Santarém; Almada, Barreiro e Casal do Marco; e Vila Franca de Xira foram os locais visitados durante o mês de janeiro.

Destas visitas salienta-se o contacto com os colegas explicando a importância de ser sindicalizado e os seus benefícios. Esclarecimentos sobre a aplicação do ACT 2016 e sobre a situação vivida no setor foram os aspetos mais prementes. O PIR e a nova tabela salarial e subsídio de refeição para 2017 foram também aspetos colocados.

A mensagem principal em todas as deslocações efetuadas até ao momento tem sido a importância do Sindicato

estar próximo das pessoas, como um aspeto primordial para a fidelização dos(as) seus(suas) sócios(as).

Votos de continuação de um bom trabalho também foi uma mensagem importante transmitida por aqueles que depositam a sua confiança no STAS.

Das visitas realizadas, a Direção trouxe igualmente a vontade de melhorar em aspetos sugeridos, nomeadamente um contacto físico mais regular e mais informação do Sindicato, de forma a combater a desinformação existente em alguns locais de trabalho.

As próximas visitas estão já a ser preparadas. O Algarve será, entre outras, uma das zonas elegidas para este mês. ▶

Até sempre, Hélder!

Perdemos a nossa referência sindical na Região Autónoma da Madeira: Hélder Silva deixou-nos no dia 29 de janeiro.

O STAS está de luto pela perda de um Homem a quem muito se deve o engrandecimento do Sindicato.

Homem de trato afável e a quem os colegas reconheciam como o grande timoneiro da causa sindical na região.

Ao longo de trinta e sete anos e após as sucessivas eleições, Hélder Silva foi sempre o coordenador da Secção



Regional. Desempenhou também funções na Direção Nacional em cinco mandatos (1980/83; 1983/86; 1986/89; 1989/92 e 1996/99).

Sindicalmente ficamos mais pobres.

Descansa em Paz! ▶

CONSELHO GERAL EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Está agendada para o dia 16 de fevereiro, pelas 14h30, a reunião extraordinária do Conselho Geral do STAS.

Da ordem de trabalhos destacam-se os seguintes pontos: eleição dos delegados do STAS ao Congresso da UGT; eleição dos representantes do STAS no Conselho Geral da Febase; ratificação do representante do STAS na Comissão Fiscalizadora de Contas da Febase; sindicalização; contratação coletiva (ACT e AE).

A reunião decorrerá nas instalações do Sindicato, na Avenida Almirantes Reis, 133 – 4.º Dt.º, em Lisboa, e contará com a presença dos seus conselheiros gerais.



Autónoma Academy – Escola de Pós-Graduações da Universidade

A Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), criada em 13 de dezembro de 1985, é a mais antiga Universidade privada do país ao serviço da comunidade académica, estudantil e socioeconómica em que se insere.

A missão da UAL é o desenvolvimento de uma visão universalista da sociedade e do saber.

A Autónoma Academy – Academia de Pós-Graduações da Universidade Autónoma de Lisboa foi criada por forma a complementar a oferta formativa da Universidade em termos de licenciaturas, mestrados e doutoramentos. A sua missão consiste em criar, desenvolver e apoiar a implementação de novas competências, formando empresários, quadros de empresas, executivos, especialistas e líderes, que atuam nas mais diversas áreas da economia.

Ao longo da formação, os intervenientes trocam conhecimentos, partilham

experiências e descobrem soluções em conjunto. Fomenta-se o networking entre pessoas e empresas dos mais diversos tipos de atividade, ajudando à construção de um futuro mais próspero para os formandos, em termos de relacionamentos profissionais e pessoais, que garantidamente constituirão um mecanismo de criação de riqueza e sucesso.

A oferta formativa é composta, para além dos clássicos MBA Executivos e de Pós-Graduações, por um leque variado de cursos de média e curta duração em inúmeras áreas do conhecimento, como a Gestão, a Economia, o Direito, o Marketing, a Psicologia, as Humanidades, as Relações Internacionais e as Ciências e Tecnologias.

Estamos, ainda, e igualmente, vocacionados para garantir uma verdadeira formação tailor made, programada a partir das necessidades de executivos, profissionais e empresas.

A Autónoma Academy vem, portanto, dar resposta à crescente necessidade de complementar o ensino teórico com uma formação essencialmente prática, adaptada à realidade profissional e global dos nossos dias, desenvolvendo talentos, hard e soft skills que preparem os alunos para novas oportunidades de carreira e de negócios.

A Autónoma Academy conta com uma elevada percentagem de Doutores, Mestres e Especialistas no seu corpo docente e os seus alunos são oriundos de vários países e sectores de actividade, com formações iniciais muito distintas.

Os coordenadores e docentes dos cursos são professores universitários de carreira, pessoas com uma sólida formação teórica e prática, a maioria deles dotados de uma elevada experiência empresarial.

Desta forma, alia-se o rigor e a riqueza do saber académico ao know-how da experiência profissional.



Autónoma de Lisboa

Parte do segredo do nosso sucesso reside nas metodologias de ensino baseadas em estudo de caso, simulação, resolução de problemas e elaboração de projetos e planos concretos. Partimos da experiência e das necessidades dos participantes para chegar à resolução de seus problemas reais.

Grande parte dos cursos são concebidos em parceria com empresas, com associações profissionais e empresariais e outras instituições relevantes setorialmente.

No final da formação, além dos conhecimentos técnicos adquiridos, das ferramentas de gestão atualizadas e das competências recebidas, permanecem as redes de contactos entre os participantes, os docentes e as empresas.

De entre a vasta oferta, que pode ser consultada em <http://autonoma.pt/academy/home.asp>, salientamos, pelo interesse para os leitores os seguintes cursos:

CURSO	OBJETIVOS
Pós-Graduação em Direito Bancário e dos Seguros	Esta Pós-Graduação tem como objectivos: Caracterizar o enquadramento legal da atividade bancária e de seguros; Caracterizar os instrumentos jurídicos bancários e da atividade seguradora; Debater a importância de alguns produtos financeiros complexos; Aprofundar competências em matéria de contratação e analisar o regime jurídico em vigor relativo a contratos bancários, aos contratos de seguros e aos fundos de pensões; Caracterizar os mecanismos nacionais, comunitários e internacionais de proteção dos consumidores de serviços financeiros (bancários e seguradores).
Pós-Graduação em Business Intelligence	Esta Pós-Graduação visa a criação de competências para especialistas e gestores utilizarem métodos de business analytics e princípios de geração de conhecimento com o objetivo de otimizar o processo de suporte da tomada de decisão nas organizações, induzir a criação de valor e aumentar a sua competitividade. No final do curso o formando deverá adquirir uma perspectiva completa e integrada de todos os aspetos relacionadas com a criação e exploração de uma infraestrutura analítica central numa organização (onde todos os dados confluem e se armazenam, incluindo Big Data, e se podem extrair sempre que é necessário para qualquer tipo de análise ou exploração).
Pós-Graduação em Proteção de Dados Pessoais, Privacidade e Cibersegurança na U.E.	A Pós-Graduação em Proteção de Dados Pessoais, Privacidade e Cibersegurança na União Europeia tem como objectivo essencial proporcionar preparação científica básica sobre proteção de dados pessoais, através do conhecimento dos conceitos jurídicos aplicáveis, quer de fonte Europeia, quer de direito interno, com base no novo Regulamento Geral de Proteção de Dados. Prevendo um período transitório de dois anos para a sua total aplicação, as organizações devem rever, até à Primavera de 2018, os seus procedimentos e adaptar-se à nova realidade.

PG Direito Bancário e Seguros:
http://autonoma.pt/academy/?id=3407§ion=/Autonoma_Academy/Oferta_Formativa/Direito/direito_bancario_seguros&mid=765
PG Business Intelligence:
http://autonoma.pt/academy/?id=3743§ion=/Autonoma_Academy/Oferta_Formativa/ciencias_economicas_empresariais/businessintelligence&mid=765
PG Protecção de Dados: http://autonoma.pt/academy/?id=3730§ion=/Autonoma_Academy/Oferta_Formativa/Direito/ProtecaoDados&mid=765

A PERDA DE AUDIÇÃO JÁ NÃO É UMA NOVELA.

Procure a ajuda do seu audiologista WIDEX e ouça o que a vida tem de melhor.

3 VANTAGENS ÚNICAS PARA O BENEFICIÁRIO SAMS:

1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.

Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX, com condições especiais.

2. Serviço com Certificação de Qualidade ISO 9001/2008*

Audiologistas licenciados e um serviço pós-venda único em 24 horas garantem que retirará o máximo proveito do seu aparelho auditivo WIDEX.

3. Melhoria da sua qualidade de vida.

Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite o que a vida tem de melhor.



OFERTA DISPONÍVEL

no centro Clínico Ambulatório do SAMS, Serviço de Audiofonologia, em Lisboa, ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX em todo o país.

Saiba tudo sobre a sua audição em www.widex.pt



Nº verde gratuito

800 200 343

1ª CONSULTA GRÁTIS
Informações adicionais
em www.widex.pt



WIDEX®
CENTROS AUDITIVOS

Almada | Angra do Heroísmo | Amora | Aveiro | Braga Parque | Campo Maior | Cascais* | Castelo Branco* | Coimbra* | Covilhã | Évora | Faial | Faro* | Funchal
Guarda | Guimarães | Leiria* | Lisboa 5 de Outubro* | Lisboa Colombo | Pico | Ponta Delgada | Portalegre | Porto* | Santarém | Setúbal* | Sines | Tavira | Vendas
Novas | Viana do Castelo | Viseu — *(Centros Auditivos com atividade certificada).